

E

EXERCÍCIOS

PC/PF/PM*



1) (CESPE – 2019) A polícia judiciária é repressiva e está adstrita aos órgãos e agentes do Poder Judiciário, enquanto a polícia administrativa é preventiva e está disseminada pelos órgãos da administração pública.

C 2) (CESPE – 2019) O administrador público age no exercício do poder hierárquico ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.

E

- 3) (CESPE – 2019) O abuso de poder, que inclui o excesso de poder e o desvio de finalidade, não decorre de conduta omissiva de agente público.

(E)

→ P.J.D. Público



- 4) (CESPE – 2019) Constitui poder de polícia a atividade da administração pública ou de empresa ~~privada~~ ou ~~concessionária~~ com delegação para disciplinar ou limitar direito, interesse ou liberdade, de modo a regular a prática de ato em razão do interesse público relativo à segurança.

(E)

5) (CESPE – 2018) O poder de polícia é indelegável.

↳ AUTARQUIAS

C

6) (CESPE – 2018) Decorre do poder disciplinar a prerrogativa da administração pública de punir internamente as infrações funcionais de seus servidores e as infrações administrativas cometidas por particulares com quem o ente público tenha algum vínculo.

E

→ COMPETÊNCIA



7) (CESPE – 2018) O excesso de poder é a modalidade de abuso de poder nas situações em que o agente busca alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.

→ DESUO

C

- 8) (CESPE – 2018) Embora possam exercer o poder de polícia fiscalizatório, as sociedades de economia mista não podem aplicar sanções pecuniárias. ✓

~~ORDEN~~

CONSENTIMENTO

*FISCALIZAÇÃO

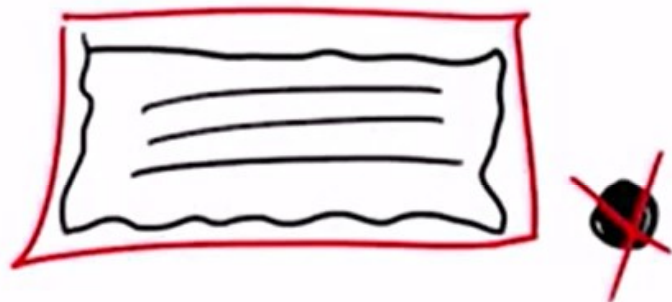
X → ~~SANÇÃO~~

→ P.J.D. PRIVADO

(E)

9) (CESPE – 2018) Ao exercer o poder regulamentar, a administração pública pode extrapolar os limites do ato normativo primário, desde que o faça com vistas à finalidade pública.

LEI \Rightarrow A.N. PRIMÁRIO



E

10) (CESPE – 2018) A aplicação de uma multa por um agente de trânsito retrata um exemplo de aplicação do poder disciplinar da administração pública.

→ PARTICULAR
EM GERN

POLÍCIA



VÍCIO: FINALIDADE

11) (CESPE – 2018) O desvio de poder ocorre quando o ato é realizado por agente público sem competência para a sua prática.

E

SECUNDÁRIO
DERIVADO



Estratégia
Concursos

12) (CESPE – 2018) Em regra, o poder regulamentar é dotado de originalidade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.

(E)

AUTOEXECUTORIEDADE



13) (CESPE – 2017) A coer~~c~~ibilidade, uma característica do poder de polícia, evidencia-se no fato de a administração não depender da intervenção de outro poder para torná-lo efetivo.

E

14) (CESPE – 2017) O poder de polícia administrativo é uma atividade que se manifesta por meio de atos concretos em benefício do interesse público. Por conta disso, a administração pode delegar esse poder a pessoas da iniciativa privada não integrantes da administração pública.

↳ P.J.D. PÚBLICO

CONSENTIMENTO
FISCALIZAÇÃO

C

15) (CESPE – 2017) A avocação se verifica quando o superior chama para si a competência de um órgão ou agente público que lhe seja subordinado. Esse movimento, que é excepcional e temporário, decorre do poder administrativo hierárquico.

16) (FCC – 2019) Um escritório particular de contabilidade está prestando serviços como se repartição pública fosse. Sob pretexto de cancelar débitos supostamente indevidos, vem cobrando de administrados que o procuram taxas e honorários, para, em verdade, apresentar requerimentos junto ao poder público competente. Diante desse cenário, a Administração pública

A) ~~deve~~ pleitear judicialmente a intervenção das atividades realizadas no âmbito do escritório particular. → DIRETAMENTE

B) pode notificar a empresa para regularizar as atividades em curso, não lhe sendo permitida qualquer intervenção, por não configurar risco à saúde ou população.

→ C) pode lançar mão de seu poder de polícia para interditar as atividades inequivocamente irregulares praticadas pela empresa privada.

D) depende da caracterização de risco ou prejuízo concreto para exercício de poder de polícia, de natureza essencialmente ~~repressiva~~. PREVENTIVA

E) ~~não~~ pode adotar qualquer medida em face da empresa privada, tendo em vista que a atuação da mesma se dá em resposta à solicitação voluntária dos interessados.

17) (FCC – 2019) Uma autarquia responsável pela fiscalização sanitária em determinado município autuou um estabelecimento comercial que não atendia as disposições legais, impondo multa a pessoa jurídica. A atuação da autarquia

A) configura expressão de poder de polícia, passível de ser exercido pelas autarquias, pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração indireta.

B) se insere em competência decorrente de poder disciplinar, que abrange a possibilidade de imposição de penalidades aos administrados.

C) ~~excede~~ os limites do poder de polícia, permitido apenas aos entes dotados de personalidade jurídica de direito público, entre os quais ~~não~~ se insere a autarquia.

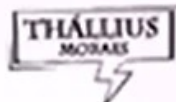
D) demanda convalidação por ato do Chefe do Executivo, tendo em vista que as autarquias ~~não~~ possuem autonomia para imposição de multas, apenas para fiscalização.

E) está em desacordo com os limites permitidos em razão da natureza jurídica do ente, ao qual ~~não~~ é dado exercer poder de polícia.

- 18) (FCC – 2019) Quando o Executivo desempenha suas funções por meio do exercício do poder regulamentar,
- A) edita atos de caráter ~~concreto~~ e ~~específico~~, passíveis de serem impugnados individualmente. **ABSTRAO GENEÉRICO**
- B) ~~pode~~ inovar o ordenamento jurídico, desde que se esteja diante de lacunas legais em matéria de interesse público.
- C) ~~deve~~ observar os limites postos pela lei para explicitar os dispositivos desta, detalhando, por exemplo, o procedimento de aplicação da norma regulamentada.
- D) avoca competências típicas de poder de ~~polícia~~, podendo instituir limitações aos direitos dos particulares, em caráter isonômico.
- E) edita atos administrativos de natureza ~~vinculada~~, porque estes não podem desbordar da lei à qual estão submetidos. **DISCRICIONÁRIO**

C

→ DISCIPLINAR



19) (FCC – 2019) A celebração de contrato administrativo entre empresa particular e a Administração pública permite a incidência do poder

A) de ~~polícia~~ em relação aos atos praticados pela contratada para a execução do objeto ~~contratual~~, incluindo a aplicação de penalidades.

B) ~~normativo~~, diante da necessidade de aditamento do contrato para estabelecimento de alterações de ordem qualitativa.

C) disciplinar em relação à contratada, tendo em vista que essa atuação abrange relações jurídicas que excedem o vínculo funcional, tal como vínculo contratual.

D) ~~hierárquico~~, tendo em vista que esta prerrogativa confere posição de supremacia do poder público contratante em relação à contratada, admitindo inclusive alterações unilaterais do contrato.

E) ~~regulatório~~, tendo em vista que o vínculo contratual entre a Administração pública e o particular admite alterações unilaterais por parte do contratante sempre que o interesse público assim recomendar, independentemente de concordância do contratado.

→ ILEGAL

20) (FCC – 2018) A Administração pública de determinado Município editou decreto instituindo obrigação dos administrados submeterem seus estabelecimentos comerciais e de serviços a mais um procedimento de licenciamento para funcionamento. A medida

A) poderá ser anulada ou ~~revogada~~ pela própria Administração pública ou pelo Poder Judiciário, tendo em vista que o decreto editado abordou matéria reservada à lei, excedendo o poder normativo do Executivo.

B) deve ser cumprida pelos administrados porque configura ~~regular~~ exercício do poder normativo pela Administração pública, que pode ter natureza ~~originária~~ quando se tratar de matéria típica de poder de polícia.

C) pode ser sustada ou ~~convalidada~~ pelo Poder Legislativo, pois cabe ao Tribunal de Contas o controle dos atos praticados pelo Executivo no exercício do poder normativo ~~originário~~.

D) é ~~regular~~ expressão do poder discricionário da Administração pública, mas não poderá haver negativa na expedição da licença ao administrado caso preencha os requisitos constantes do decreto autônomo editado.

E) pode ser questionada no Poder Judiciário sob o fundamento de ter exorbitado os limites do poder normativo do Executivo ao instituir obrigação aos administrados.

21) (FCC – 2018) A respeito da atividade de polícia administrativa da Administração Pública, é correto afirmar ser sua característica:

A) incidir sobre ~~pe~~soas, individual e indiscriminadamente.

B) manifestar-se por atos administrativos, ~~n~~ão envolvendo atos concretos.

→ C) ser de competência exclusiva, em regra, podendo ser concorrente, caso a atividade seja de interesse simultâneo às três esferas da federação.

D) a discricionariedade, sem possibilidade de limitação de ordem legal, mas pautando-se, quando possível, pelos princípios da Administração Pública.

E) constituir represália a ilícito ~~penal~~.

ADM

A

22) (FCC – 2018) Entre os poderes próprios da Administração, decorrentes do regime jurídico administrativo que lhe atribui determinadas prerrogativas e sujeições, insere-se o poder disciplinar, que

~~A)~~ possui, como uma das suas manifestações, o poder-dever de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, comportando alguma margem de discricionariedade no que concerne à dosimetria das sanções.

~~B)~~ também alcança os particulares que não possuem vínculo laboral ou contratual com a Administração, coibindo condutas nocivas ou perigosas, como expressão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

C) corresponde ao poder dos superiores de proferir ordens a seus subordinados, constituindo expressão da hierarquia, excluídas as aplicações de penalidades, que se inserem no bojo do poder sancionador.

HIERÁRQUICO

- D) constitui o poder de organizar as atividades administrativas, mediante expedição de instruções, portarias, ordens de serviços e outros atos infralegais, decorrendo do poder normativo, exercido nos limites da lei. **R + H**
- E) corresponde à parcela do poder de polícia exercido preventivamente pela Administração, disciplinando o exercício de atividades de particulares que ensejem risco à segurança, saúde ou incolumidade pública.